

***Estudo feito entre 256 empresas listadas também aborda a remuneração de diretores estatutários e conselheiros fiscais***

Entre 2013 e 2016, os conselheiros de administração tiveram crescimento de 15,5% em sua média de remuneração anual, sendo que em 21,1% das empresas esses profissionais foram pagos mediante remuneração variável e/ou em ações, além da parcela fixa. As empresas que integram o IBOVESPA têm média de remuneração 2,1 vezes maior do que a média das empresas listadas. Esses números fazem parte da pesquisa Remuneração dos Administradores, lançada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a B3 e a SpencerStuart.

O estudo faz parte da série IBGC Pesquisa e tem como objetivo - além de contribuir para a melhoria dos padrões de governança no país - apresentar informações sobre a remuneração dos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores estatutários das empresas listadas no Brasil, servindo de base para a tomada de decisões de companhias e investidores sobre o tema.

“A ideia é que esse material possa servir como uma referência para o mercado, e que ajude as empresas e seus investidores durante as votações nas assembleias, quando o tema remuneração entra em pauta”, explica a superintendente geral do IBGC, Heloisa Bedicks, que complementa: “a remuneração dos administradores é um tema que, no Brasil e no mundo, vem chamando a atenção dos agentes de governança e de outras partes interessadas, refletindo a responsabilidade das empresas no que diz respeito à melhoria do ambiente de negócios, bem como seu impacto na sociedade.”

“Um sistema de remuneração adequadamente estruturado pode ser um dos mais importantes mecanismos de atração, motivação e retenção de bons administradores e de alinhamento de seus interesses aos da organização. Por outro lado, um sistema equivocado pode comprometer todo esse processo, culminando em perseguição de metas e objetivos inadequados, foco excessivo nos resultados de curto prazo ou incapacidade de atrair e reter bons profissionais, entre outros possíveis problemas”, avalia o presidente do conselho de administração do IBGC, Emilio Carazzai.

Para a composição da pesquisa, foram consultadas 256 empresas listadas das cinco regiões do país e integrantes dos vários segmentos de governança corporativa (Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1) e no segmento Tradicional da B3.

O estudo também apresenta informações sobre remuneração variável, obtidas a partir dos dados de 55 empresas do IBOVESPA. Segundo Heloisa, a ausência de remuneração variável para seus diretores e presidente em parte das empresas foi algo que chamou a atenção na pesquisa. “Um quarto das companhias não adotou essa política quanto ao pagamento de seus executivos, vinculada ao indicador de desempenho.”

A pesquisa apresenta dados públicos referentes ao exercício social de 2016, disponíveis nos Formulários de Referência apresentados pelas empresas em julho de 2017. Pela primeira vez, o documento faz a análise de aspectos da remuneração variável utilizados pelas empresas, com um olhar mais detalhado sobre os indicadores aos quais ela está atrelada.

No estudo, estão disponibilizados dados referentes à remuneração média anual dos administradores, distribuição das empresas conforme a estrutura de remuneração adotada e uma análise dos dados por macrorregião do Brasil.

Há também informações sobre as empresas que fizeram uso da liminar do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Rio de Janeiro (IBEF-RJ) para a não divulgação dos dados referentes ao período de 2010 a 2013 e 2016.

Entre as empresas integrantes do IBOVESPA, os dados apontam que elas usam, em média, 4,3 indicadores de desempenho em sua política de remuneração variável, sendo EBITDA, Resultado Operacional, Lucro Líquido e Receita Operacional os mais frequentes, representando 40% de utilização.

[Leia aqui a publicação.](#)

**Fonte:** [IBGC](#), em 30.01.2018.